

Peso do Passado

MAIS do que qualquer outro episódio político recente, o andamento e o destino do pacote de medidas econômicas e sociais do Governo evidenciam o quanto a atual República permanece prisioneira do passado. Fica clara essa condição a começar pela própria opção feita em relação à matéria que constitui o cerne do conjunto de propostas: a reforma da legislação fiscal. Apesar das aparências, apenas repetiu-se o que anteriormente tantas vezes se fizera, com a desaprovação dos que agora se acham no poder.

Recorreu o Governo à saída de sempre. Aumentou impostos a fim de cobrir o déficit gerado pela emperrada máquina da administração pública, em particular pelas empresas estatais. Enquanto a pata do leão baixa pesadamente sobre o contribuinte, nada de substancial é proposto no sentido de conter a tendência gastadora do próprio Estado. E para profundo desencanto dos cidadãos, uma vez aberto o pacote não se encontrou lá o esperado corte nos privilégios dos parlamentares, dos magistrados e dos militares, que continuarão a ter a maior parte dos seus vencimentos a salvo do fisco.

A herança do passado condicionou também o modo atropelado como o conjunto foi submetido à apreciação do Congresso. Ao apagar das luzes da sessão legislativa, recebeu este um vasto conjunto de proposições, cujo simples conhecimento implica a leitura de quase duas centenas de páginas. No exíguo prazo de quase uma semana, só um Congresso com maioria esmagadora fiel ao Executivo votaria matéria tão ampla e sob muitos aspectos controversos. Mas nem

dispõe o Planalto de tal sustentação, nem seria realista esperar que assunto tão crítico quanto uma alteração do imposto de renda deixasse de provocar fortes resistências.

Entretanto, viu-se o Planalto na contingência de deixar o pacote cozinhando em fogo lento e servi-lo só na última hora, porque nos meses passados estava às voltas com uma eleição, que se julgou obrigado a convocar, para o resgate de promessa das forças vitoriosas no Colégio Eleitoral. Não convinha à sua estratégia política propor, antes de 15 de novembro, medidas amargas ao paladar da classe média, mesmo que temperadas pelo açúcar dos benefícios a parcelas da população um degrau mais abaixo.

Do mesmo modo que teve de agir premido pelo vencimento dessa conta política cujo pagamento não pôde adiar, tudo indica que se verá o Governo na desconfortável obrigação de retirar novamente da gaveta um instrumento autoritário que havia jurado não mais utilizar. Não aprovando o Congresso o pacote, não sendo viável a sua convocação extraordinária, restará ao Presidente da República baixar as medidas de sua iniciativa pela via do decreto-lei.

Com duas eleições pela frente, é fácil imaginar que dilemas semelhantes irão se repetir. Continuarão a pesar sobre os movimentos do Governo as conveniências eleitorais. Para contornar as suas dificuldades, terá de recorrer volta e meia ao uso de prerrogativas antidemocráticas. A população pagará, em moeda inflacionária e política.